



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EMBASADO NAS VARIADAS PERSPECTIVAS GRAMÁTICAS

Danielle dos Santos Mendes Coppi

Universidade Estadual da Paraíba – PROFLETRAS – dsmcoppi@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho aponta para o ensino de Língua Portuguesa levando em conta as concepções de gramática normativa, descritiva e internalizada. Para tanto, foram consultados Possenti (1996), Antunes (2007), Marcuschi (2008), Martins (2013), entre outros, que discorrem acerca do ensino de Língua Portuguesa em compasso com a real utilização que o educando faz da língua em contextos sociais diversos. Desta forma, busca-se apresentar os conceitos de gramática e as implicações para o ensino, demonstrando a importância de evidenciar a língua como sistema (gramática normativa); como objeto de análise, procurando descrevê-la de maneira natural sem estigmatizar nenhuma variante (gramática descritiva); assim como evidenciar a capacidade que o indivíduo tem de internalizar conhecimentos acerca da língua através da interação com o outro (gramática internalizada). O foco deste trabalho consiste no esclarecimento acerca destas concepções de gramática, o que impulsiona uma reflexão acerca de práticas pedagógicas que não contribuem para desenvolver no educando uma competência linguística coerente e livre de preconceitos. Nesta direção, pretende-se evidenciar a importância de novas práticas de ensino, que permitam ao educando enxergar a língua para além da gramática normativa, assim como apresenta-se uma atividade didática elaborada por Cereja e Magalhães (2009), que contempla a funcionalidade do modo verbal subjuntivo na construção do texto. Vale ressaltar que a referida atividade deverá ser aplicada em turmas do 7º ano.

Palavras-chave: Ensino, Língua Portuguesa, Gramática, Variação.

INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa na educação básica do Brasil sempre é alvo de questionamentos tanto entre os profissionais da educação e pesquisadores, como também entre outros sujeitos sociais, como pais de alunos, jornalistas, etc. No que tange à variação linguística, muitas vezes é considerada inadequada ao contexto escolar, ou seja, docentes e discentes a interpretam como “erro linguístico”. Nesse sentido, já que a língua estabelecida como padrão, de certa forma, distancia-se da língua que o educando utiliza nas interações cotidianas, o mesmo sente-se desestimulado e incompetente quanto ao estudo de Língua Portuguesa, já que as variantes que diferem da norma padrão, muitas vezes, são estigmatizadas tanto na escola como em outros espaços sociais. Essa problemática distancia o educando cada vez mais do acesso ao conhecimento linguístico do qual ele necessita como cidadão.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O estudo que realizamos, neste trabalho, discute sobre o ensino de Língua Portuguesa englobando a questão gramatical. Com base em alguns autores como Possenti (1996), Antunes (2007), Marcuschi (2008), Martins (2013), entre outros, buscamos apresentar os conceitos de gramática e as implicações para o ensino, demonstrando a importância de evidenciar a língua como sistema (gramática normativa); como objeto de análise, procurando descrevê-la de maneira natural sem estigmatizar nenhuma variante (gramática descritiva); assim como evidenciar a capacidade que o indivíduo tem de internalizar conhecimentos acerca da língua através da interação com o outro (gramática internalizada).

Nesta direção, norteados pelas referidas perspectivas gramaticais pretendemos demonstrar que é possível despertar o interesse dos educandos para o estudo de Língua Portuguesa, levando-os a perceber que o objeto de estudo da referida disciplina é a língua, instrumento do qual são usuários na vida cotidiana, ressaltando, assim, que o conhecimento linguístico vai além da questão gramatical e este conhecimento é considerado relevante quando contribui com a funcionalidade linguística. Seguindo a ideia de trabalhar a língua em seu aspecto funcional, Martins (2013, p.39, grifos da autora), destaca que:

Na perspectiva de uma prática pedagógica funcional, que conecte as abordagens didáticas aos usos da língua em situações interacionais, cogita-se um tratamento didático de base reflexiva para os conhecimentos necessários ao domínio competente da língua nas experiências vividas pelos falantes. Ao considerarmos essa dimensão interacionista de vivência pedagógica, concebemos o docente como promotor de um ensino de língua que prepare o aluno, desenvolvendo, efetivamente, suas habilidades de linguagem. Isso representa a possibilidade de adquirir conhecimentos tanto relacionados a **saber a língua** como **saber sobre a língua**.

Vale ressaltar a organização deste trabalho que divide-se em duas etapas: a primeira consiste na discussão acerca das concepções de gramática, com o embasamento teórico supracitado; no segundo momento, apresentamos uma atividade, elaborada por Cereja e Magalhães (2009), que contempla a importância do modo verbal subjuntivo na construção do texto. Destacamos ainda que a referida atividade deverá ser aplicada em turmas do 7º ano.

METODOLOGIA



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Iniciaremos a nossa pesquisa à luz de Possenti (1996), Antunes (2007), Marcuschi (2008), entre outros, buscando respaldo teórico que aborde a temática aqui discutida. Analisamos também algumas produções escritas dos educandos da turma do 7º ano da EEEF Antenor Navarro, no município de Guarabira – PB. Vale salientar que a referida turma é composta por 30 alunos, com faixa etária entre 11 e 12 anos. Ao analisarmos os textos produzidos pelos alunos, percebemos que os mesmos não aplicam coerentemente o modo verbal subjuntivo em suas produções escritas, uma vez que no decorrer da trajetória escolar foram incentivados apenas para “conjuguar” tal modo verbal.

Nesta direção, ressaltamos a importância de atividades como a que apresentaremos a seguir, para que o ensino de Língua Portuguesa cumpra com seu principal objetivo, isto é, colaborar com o desenvolvimento do letramento formal dos educandos.

1. CONCEITOS DE GRAMÁTICA E AS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO

Muito se discute acerca da validade do ensino de Gramática normativa em nossas escolas. O ensino tradicional – mecânico e descontextualizado – parece ainda gozar de grande prestígio nas salas de aula de Língua Portuguesa. É provável que essa seja uma das principais causas do fracasso escolar de muitos alunos. Diante dessa situação, a Sociolinguística defende uma profunda reformulação na maneira de se trabalhar a disciplina de Língua Portuguesa.

Os linguistas não defendem que o ensino gramatical normativo seja excluído de nossas escolas, mas sim, que ele aconteça de forma diferenciada, contextualizada, ou seja, os alunos devem aprender qual o sentido de uma determinada regra, como ela se dá em uma situação real de uso da linguagem oral e/ou da escrita, já que o ensino tradicional, muitas vezes, não cumpre com o objetivo que lhe é atribuído de preparar o aluno para ler e produzir, de maneira coerente, textos orais e escritos diversos.

Como ponto de partida, é pertinente esclarecer os conceitos de gramática, de acordo com sua funcionalidade. Não há apenas uma gramática, como a maioria dos falantes de maneira ingênua acredita, mas sim uma diversidade de gramáticas: gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada.

Na concepção de Possenti (1996), a gramática normativa corresponde ao conjunto de regras de uma determinada língua, sendo a que mais se destaca no ambiente escolar, ou seja, é utilizada como



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

suporte exclusivo para maioria dos professores de Língua Portuguesa exercer a docência, assim como ocupa posição privilegiada em muitos livros didáticos.

Não se pode negar que a gramática normativa merece relevância, já que nos apresenta de forma sistemática uma das faces da língua, denominada de norma-padrão.

Entretanto, é preciso que fique bem claro para docentes e discentes que ao estudarem a gramática normativa, estão evidenciando apenas uma parcela do conhecimento muito mais abrangente que gira em torno da língua. Na verdade, é de um conhecimento linguístico global que precisamos para sermos linguisticamente competentes.

A face da língua prescrita na gramática normativa não é a “única” existente em nossa sociedade, tampouco a “melhor”. Nem sempre o que se estabelece nesta gramática corresponde ao uso real que o falante faz da língua, até mesmo em situações que exigem extrema formalidade.

Todavia, essa visão de colocar a norma-padrão como ideal de língua, rejeitando outras variantes, ainda persiste na maioria das escolas, o que corrobora com a disseminação do preconceito linguístico, como atesta Possenti (1996, p.77):

Como o dialeto padrão é apenas uma das variedades de uma língua, as gramáticas normativas dão conta apenas de um subconjunto dos fatos de uma língua. Não é surpresa que, em consequência dos privilégios que sempre recebeu por parte de escritores e gramáticos, e por causa de sua veemente e cara defesa, feita às vezes às custas da crítica a outras formas, essa variedade nos pareça “melhor”, mais versátil e menos rude; entretanto, essa impressão não justifica a crença preconceituosa, infelizmente muito difundida na nossa sociedade, de que outras variedades são linguisticamente inferiores, erradas e incapazes de expressar o pensamento.

Compreende-se que algumas das regras que compõem a gramática normativa são difíceis de se realizar em contextos concretos de interação nos dias atuais, sobretudo aquelas que são explicadas tendo como referência a língua utilizada por escritores do passado, pois, muito do que era aplicável como forma linguística em épocas anteriores não corresponde mais à nossa realidade linguística.

Vale destacar que não se pretende renegar as formas linguísticas que antecedem às nossas. O conhecimento linguístico deve ser trabalhado de maneira sincrônica e diacrônica paralelamente, sem que haja separação, porém, o que não se deve permitir é que a escola continue com o ideal de “substituir” a forma linguística do educando por outras que não se aplicam mais, formas estas que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

em épocas distintas eram perfeitamente aceitáveis, mas que não se encaixam no padrão linguístico atual. Nessa perspectiva de trabalhar Língua Portuguesa em nossas escolas tendo como referência a norma culta real, Possenti (1996, p.79) destaca:

Apesar dessa tendência arcaizante registrada nas gramáticas – e mesmo nos manuais de redação de jornais –, há mudanças de padrão através da história. Esta observação é crucial. Não só há variação entre formas linguísticas padrões e populares ou regionais, mas há variação também no interior do padrão. Em primeiro lugar, variação histórica. Por mais que a autoridade de Camões continue viva, ninguém incentivaria hoje os alunos de primeiro e segundo graus a escrever “impostos que dos pobres contribuintes se pagam”, por imitação a “mar que dos feos focas se navega”. Se nada – nem mesmo a língua dos melhores escritores – avaliza a manutenção de uma norma imutável, por que não poderia a escola acompanhar mais de perto a norma culta real, tal como ela é utilizada, por exemplo, nos jornais, que, para ficar num exemplo, já abandonaram há tempo a regência indireta de “assistir” e utilizam correntemente expressões como “muitas pessoas já assistiram esse filme” e “o jogo foi assistido por cem mil pessoas”?

Torna-se evidente o fato de que muito do que é estabelecido na gramática normativa não corresponde à realidade linguística, devido ao fenômeno de variação, característica comum em qualquer língua viva e dinâmica. É nessa perspectiva que se pode falar em outro tipo de gramática denominada de gramática descritiva.

A gramática descritiva (POSSENTI, 1996) contempla os usos concretos que o falante faz da língua, ou seja, engloba todas as variantes, enfatizando-as de maneira igualitária. Nessa abordagem descritiva, não há espaço para separação entre variantes de prestígio ou estigmatizadas, mas sim uma diversidade de realizações linguísticas tal qual como funciona na prática.

É preciso que o docente se conscientize a respeito da importância de trabalhar Língua Portuguesa, assim como faz o linguista, ressaltando as regras que são, de fato, utilizadas pelos falantes, procurando descrevê-las e explicá-las. No contexto escolar, por diversas vezes, as variantes que são analisadas pela gramática descritiva, quando utilizadas pelos alunos, servem apenas como moldes do que não deve existir na fala dos mesmos.

O professor costuma fazer um paralelo entre variação e norma-padrão evidenciando que a variante linguística do aluno deve ser substituída, pois não é “correta”. Ora, o ideal seria justificar o porquê de tal realização linguística ao invés de rechaçá-la como se fosse uma realização agramatical.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para que o ensino de Língua Portuguesa seja eficaz e sem preconceito linguístico é preciso que o professor trabalhe como fazem os cientistas das diversas áreas do conhecimento que, como foi explicitado por Possenti (1996, p. 73), partem da observação para descrever a realidade quando, por exemplo, [...] “um botânico não critica plantas por apresentarem tais e tais características – descreve-as, classifique-as; um químico não critica um elemento da natureza por produzir odores insuportáveis – descreve-o.” [...], no ensino da gramática descritiva não deve ser diferente, pois, as regras da mesma [...] “se assemelham as leis da natureza, na medida em que organizam observações sobre fatos, sem qualquer conotação valorativa” [...].

Segundo Possenti (1996), pode-se falar ainda em uma gramática internalizada. Essa concepção de gramática engloba o conhecimento linguístico intuitivo que o falante possui independente do seu nível de letramento e do contato com o ambiente escolar. Todo falante nativo formula construções linguísticas que são compreensíveis, e essas construções se realizam de maneira natural tendo como referência a interação com o outro. É devido a este aspecto gramatical que temos tanta dificuldade em aprender uma língua estrangeira, já que esse conhecimento internalizado é a base fundamental para compreendermos os aspectos mais naturais de uma língua, o que contribui no momento de interação. É interessante mencionar que esse conhecimento linguístico adquirido no social apresenta-se sob duas vertentes “lexical e sintático- semântico”, ou seja, ao construirmos sentenças na língua, procuramos escolher palavras adequadas a cada contexto, assim como as distribuímos de maneira organizada e esta organização é interligada ao efeito de sentido.

As aulas de Língua Portuguesa são ministradas como se o educando não tivesse nenhum conhecimento linguístico. Trabalha-se na perspectiva de ensiná-los uma Língua que eles não dominam, tal como ocorre na metodologia aplicada ao ensino de Língua Estrangeira. Vejamos o que Possenti (op. cit., p. 53) diz a respeito disso:

Vou fazer uma comparação com o ensino de outra língua para que as coisas fiquem bem claras, para que se possa perceber claramente qual é o espírito que preside o ensino de língua materna para alunos que já falam. Em geral, a tradição é tão forte que não conseguimos ver o que de fato fazemos quando ensinamos uma língua que os alunos conhecem fazendo de conta que eles não a conhecem. Tentemos colocarnos em outra posição, para efeito de raciocínio: pensemos o que seria ensinar inglês, no Brasil, para crianças que, por alguma razão, aparecessem nas nossas escolas falando em inglês. Certamente, não lhes ensinaríamos o que lhes ensinamos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

isto é, uma língua “desde o início”. Por que temos que “começar do começo” nas aulas de inglês? Porque nossos alunos não falam inglês. Mas, por que fazemos coisas semelhantes nas aulas de português, se os alunos falam português o tempo todo? Não seria melhor ensinar-lhes apenas o que não sabem?

Segundo Possenti (1996, p. 53) não há necessidade de ensinar o que os alunos já sabem, por exemplo: [...] “Se os alunos utilizam estruturas como “os livro”, que essas estruturas sejam objeto de trabalho; mas se nunca dizem “vaca preto”, para que insistir em estudar o gênero de “vaca?” [...] Quanto tempo é desperdiçado com listas enormes de exercícios do tipo, classifique as palavras quanto ao gênero, entre outras. Na verdade, adota-se uma metodologia ineficaz e, ao invés de ajustá-la, se reproduzem queixas de que o aluno não sabe ler e escrever. Como saberá, se a escola pouco trabalha a leitura e a escrita. Nesse sentido, Possenti (1996, p. 83-84) nos traz uma nova abordagem sobre o ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da aquisição da gramática internalizada, o que se comprova no fragmento a seguir:

[...] Se atentarmos para o tipo de aprendizado que levou a criança ao domínio de sua variedade lingüística, antes mesmo da experiência escolar, poderemos aceitar sem discussão de detalhes que esse aprendizado se deu pela exposição e participação na fala dos grupos com os quais conviveu. Essa é a metodologia bem-sucedida para o aprendizado de qualquer língua ou variedade: exposição aos dados. A aceitação de que o objetivo prioritário da escola é permitir a aquisição da gramática internalizada compromete a escola com uma metodologia que passa pela exposição constante do aluno ao maior número possível de experiências lingüísticas na variedade padrão. Trocando em miúdos, prioridade absoluta para a leitura, para a escrita, a narrativa oral, o debate e todas as formas de interpretação (resumo, paráfrase etc.). Essas é que são as boas estratégias de ensinar língua – e gramática. Pode parecer paradoxal, mas não se incluem entre elas as lições de nomenclatura e de análise sintática e morfológica, tão entranhadas na prática corrente.

Em experiência escolar, certa vez ouvi um profissional da educação dizer que as atividades dos alunos deveriam ser copiadas por eles no caderno, nada de atividades já digitadas, pois os alunos não estavam desenvolvendo a escrita! Que equívoco! Em turmas do Fundamental I, “perder” metade do horário da aula esperando que o aluno copie a atividade do quadro com o intuito de treinar a escrita do mesmo é desperdício de tempo que poderia ser bem mais produtivo; nesse caso, o aluno está sendo treinado apenas para copiar o que alguém já produziu. No processo de aquisição



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

da escrita, outras habilidades devem ser trabalhadas, como a criatividade do educando para produzir um texto.

É essencial que o docente de Língua Portuguesa esteja atento à questão do domínio que o educando possui acerca da gramática internalizada para que não perca tempo ensinando o que o aluno já sabe aplicar de maneira natural; sendo assim, sobrar tempo para se trabalhar os fatores mais complexos da língua e, conseqüentemente, a aprendizagem será mais produtiva. Acerca da perspectiva de um ensino gramatical norteado nas bases intuitivas que o educando já domina de sua língua, Possenti (1996, p. 32-33) destaca:

No dia em que as escolas se dessem conta de que estão ensinando aos alunos o que eles já sabem, e que é em grande parte por isso que falta tempo para ensinar o que eles não sabem, poderia ocorrer uma verdadeira revolução. Para verificar o quanto ensinamos coisas que os alunos já sabem, poderíamos fazer o seguinte teste: ouvir o que os alunos do primeiro ano dizem nos recreios (ou durante nossas aulas), para verificar se já sabem ou não fazer frases completas (e então não precisaríamos fazer exercícios de completar), se já dizem ou não períodos compostos (e não precisaríamos mais imaginar que temos que começar a ensiná-los a ler apenas com frases curtas e idiotas), se eles sabem brincar na língua do “pê” (talvez então não seja necessário fazer tantos exercícios de divisão silábica), se já fazem perguntas, afirmações, negações e exclamações (então, não precisamos mais ensinar isso a eles), e assim quase ao infinito. Sobrariam apenas coisas inteligentes para fazer na aula, como ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais, para escrever e ler de forma sempre mais sofisticada etc.

Vale salientar que essa conscientização sobre o saber intuitivo do educando deve ser colocada de maneira clara para os pais de alunos, os quais muitas vezes tomam posicionamentos em favor das práticas pedagógicas tradicionais, pois foi dessa mesma forma que foram educados no passado e, assim, acreditam ser a única maneira de se aprender. Isso pode se agravar por falta de esclarecimentos da escola e, em alguns poucos casos, quando há um docente que tenta utilizar uma nova prática pedagógica, é criticado por pais e alunos.

Muitas vezes o professor opta pelo caminho mais cômodo, ou seja, prefere apenas reproduzir o que está prescrito na gramática normativa, pois trabalhar na perspectiva linguística, ultrapassando o conteúdo meramente curricular, abre espaço para se trabalhar também questões políticas e sociais, o que certamente exigirá do docente maior preparo e esforço.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Após termos evidenciado os conceitos de Gramática, é necessário enfatizar a importância de a escola trabalhar Língua Portuguesa na perspectiva de que estudar uma língua não corresponde a estudar apenas a sua gramática normativa; ela deve sim ser trabalhada como uma das referências para se desenvolver a escrita de acordo com a norma-padrão – muito exigida no âmbito profissional – porém, buscando evitar as metodologias tradicionais, as quais não corroboram com o objetivo que deve ser pretendido para a aquisição do saber linguístico normatizado, isto é, seu uso prático contextualizado.

É pertinente evidenciar as demais variantes que divergem do modelo padrão, pois são características legítimas da língua utilizada pelos educandos em contextos concretos de comunicação.

O estudo pautado na descrição e explicação de formas linguísticas diversas, ou seja, o trabalho com as gramáticas descritiva e internalizada merece, na escola, a mesma relevância que o estudo da norma-padrão, pois, assim como mencionou Possenti (1996), é preciso que alunos e professores assumam a postura de cientistas e pesquisadores da língua, e nessa perspectiva compreenderão a abrangência do conhecimento linguístico ao passo que desenvolverão competência nessa mesma área.

2. ALÉM DA GRAMÁTICA

Dedica-se muito tempo na escola para o estudo da gramática normativa, desde a fase inicial até o ensino médio e, mesmo diante de tanta repetição das nomenclaturas de classes gramaticais, os alunos apresentam grande dificuldade quanto à produção e interpretação de textos orais ou escritos. A gênese desse problema é o fato de que a interpretação ou produção de um texto ultrapassa o aspecto puramente gramatical, ou seja, vai além das regras linguísticas e textuais; temos ainda as normas sociais que organizam o comportamento das pessoas diante de interações comunicativas. Segundo Antunes (2007, p. 63):

Em termos bem gerais, podíamos começar lembrando que ninguém fala o que quer, do jeito que quer, em qualquer lugar. Existem também os bem-comportados e os malcomportados comunicativamente. Isto é, em toda cultura, prevalece um conjunto de normas que especificam quem pode falar, o quê, como, com quem e quando. Falar em voz alta, por exemplo, é permitido, apenas, em certas ocasiões. Interromper o outro também tem suas restrições. Dizer tudo o que vem à cabeça,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sem discriminação, é sinal de incompetência comunicativa (por exemplo, tornar públicas as dívidas de um morto na cerimônia de seu sepultamento [...])

Sabe-se que o texto deve funcionar como centro das aulas de Língua Portuguesa, porém, na maioria das vezes, é utilizado apenas como pretexto para se trabalhar classes gramaticais com atividades do tipo: retire do texto tal classe gramatical etc. Por isso, quando o aluno é submetido a produzir um texto, faltam-lhe informações, pois só o aspecto gramatical enfatizado pelo professor não dará sustentação para que o educando produza ou interprete textos diversos, como afirma Antunes (2007,p.56): “Pensar, portanto, que a gente faz e interpreta textos usando apenas os conhecimentos linguísticos (que já são mais do que aqueles puramente gramaticais) é falsear a autêntica atividade de interação verbal”.

É necessário que, ao produzir ou interpretar um texto, o aluno disponha de segurança quanto aos recursos linguísticos, de conhecimento sobre fatores diversos relacionados ao contexto de produção e recepção desse texto (Quem é o interlocutor ou produtor? Qual a intencionalidade pretendida com o texto?).

Acerca do ensino de Língua Portuguesa, evidenciando também fatores extralinguísticos, Marcuschi (2008) enfatiza o trabalho com gêneros textuais como uma prática pedagógica que corrobora com a melhoria do ensino de Língua Portuguesa, especificamente quanto ao trabalho com produção e interpretação textual. Nessa perspectiva, Antunes (2007, p. 58-59) destaca:

Enfim, tudo o que é necessário para se entender ou para se fazer um relatório, um aviso, um convite, um artigo, um resumo, uma resenha, por exemplo, vai além da gramática e do léxico da língua, ou seja, conhecimentos relativos à composição de diferentes gêneros textuais são imprescindíveis para que possamos ser eficazes comunicativamente, até mesmo na hora da escolha dos padrões ou das regras tipicamente gramaticais.

Além do equívoco da maioria das escolas terem como proposta pedagógica para aulas de Língua Portuguesa o trabalho específico com os conteúdos dispostos na Gramática normativa, a metodologia aplicada não é adequada para levar o educando a interpretar e produzir textos de maneira coerente. Explora-se muita nomenclatura, conceitos das classes gramaticais, classificação das palavras etc., porém, nada disso terá utilidade se os educandos não souberem que efeitos o uso de uma determinada classe de palavras provoca no texto. Deve-se atentar para a importância dos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

conteúdos gramaticais na construção do texto. A seguir, apresentamos como exemplo uma atividade elaborada por Cereja e Magalhães (2009, p. 51-52) que trabalha um conceito gramatical de maneira paralela ao aspecto semântico, ou seja, ao efeito de sentido provocado no texto. Lembramos que a seguinte atividade deverá ser aplicada em turmas do 7º ano.

O subjuntivo
NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Leia este poema, de Elias José:

Sonhos

<p>Se eu ganhasse na loteria, compraria dez linhas de telefone e me desligaria do mundo...</p> <p>Acho um inferno a implicância desta casa. Bastou eu pegar no telefone, pra todo mundo precisar dele, pro pai reclamar dos impulsos, pra mãe falar que é vocação de telefonista, que é deslumbramento.</p> <p>Se fico meia horinha batendo papo com uma amiga ou com um paquera especial, vira guerra, tremor de terra, vira eclipse e terremoto! Interurbano então é fruto proibido e ai de mim se ousar!...</p>	<p>Quando vem a conta no fim do mês, tenho de botar algodão nos ouvidos pra sobreviver a falatório.</p> <p>Se eu ganhasse na loteria, compraria dez linhas, falaria vinte horas por dia e ai de quem implicasse!</p> <p><small>(Cartões de adolescência, 7. ed. São Paulo: Atual, 1992, p. 10.)</small></p>
--	---



4. O título do poema é "Sonhos". Conclua: Para que o eu lírico possa expressar seu mundo de sonhos e fantasia, qual é a importância do modo subjuntivo no texto?

Ilustração 1: O modo subjuntivo na construção do texto¹

No texto citado, percebe-se a funcionalidade do modo verbal subjuntivo em nossas construções linguísticas, ou seja, quando e com que intenção devemos utilizá-lo. Nesse contexto, de acordo com as instruções sugeridas pelos autores deste livro didático, para que o eu lírico possa expressar seu mundo de sonhos e fantasia, a utilização do modo subjuntivo é extremamente relevante, já que, somado à ideia de condição introduzida pela palavra *se*, é responsável pela transposição do mundo real para o mundo hipotético e imaginário.

Conclui-se que uma atividade desse tipo é bem mais proveitosa que a proposta do ensino tradicional, a qual opta apenas pelo exercício mecânico da conjugação verbal, sem relação com a aplicação linguística do modo verbal em estudo em situações reais de comunicação.

A aprendizagem embasada na gramática normativa só será útil se os conceitos apreendidos servirem para ser aplicados em contextos de uso, portanto, é essencial uma metodologia de ensino voltada para intersecção entre conteúdos gramaticais e situações práticas da língua.

¹ A atividade acima teve as questões de 1 a 3 suprimidas, pois, apenas a questão 4 é relevante para o exemplo pretendido nesta discussão.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na reflexão feita ao longo deste artigo, concluímos que apesar de algumas dificuldades que muitos docentes atualmente encontram no exercício da profissão, o ato de contribuir para a formação intelectual de uma criança, adolescente, ou ainda de um adulto é, a nosso ver, algo bastante gratificante.

É muito importante que o profissional educador esteja atualizado quanto às novas tendências teóricas de sua área de formação e atuação, bem como quanto às novas práticas pedagógicas.

No tocante à temática acerca das concepções de gramática, abordada neste trabalho, é preciso o esclarecimento destes conceitos para os profissionais de Língua Portuguesa, bem como de outras áreas, pois assim, poderão traçar estratégias de readequação do pensamento dos educandos quanto às variedades dialetais, promovendo o respeito ao modo de falar do outro e o entendimento da importância atribuída pela sociedade a variante padrão que poderá e deverá ser dominada pelos estudantes sem prejuízo de diferentes dialetos, os quais poderão ser utilizados em diferentes contextos de comunicação.

Sabemos de todos os problemas que envolvem a educação do nosso país. Entretanto, será bem mais significativo para nós e para toda sociedade, que, além de apontarmos tais problemas, possamos ressaltar possibilidades de práticas de ensino construtivas para nossas escolas. Precisamos, enquanto professores de Língua Portuguesa, assumirmos a postura de pesquisadores da língua, buscando, assim como fizemos neste artigo, identificar, selecionar, analisar e aplicar atividades que estejam em acordo com as novas teorias linguísticas, desta forma, pretendemos colaborar com o despertar da consciência linguística do educando, bem como com o desenvolvimento do letramento formal do mesmo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens, 7º ano – 5ª edição** – São Paulo: Atual, 2009.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MARTINS, Iara Ferreira de Melo. **O ensino de gramática na perspectiva funcionalista: propostas de análises.** In: Linguagens, ensino e pesquisa / organizador Juarez Nogueira Lins – Recife: Ed Universitária da UFPE, 2013.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas – SP: Mercado das Letras, 1996.